



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS CURSOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DAS UNIVERSIDADES DE MATO GROSSO DO SUL

SPECIAL EDUCATION AT THE CURRICULUM OF PHYSICAL EDUCATION UNDER GRADUATION PROGRAMS AT THE UNIVERSITIES IN MATO GROSSO DO SUL

Bárbara Davalos de Souza
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de MS

Marina Brasiliano Salerno
Universidade Federal de MS

RESUMO

A pessoa com deficiência tem garantido por lei o direito à educação de forma igualitária aos demais, porém, aspectos referentes ao acesso e permanência ainda são questionados, bem como os facilitadores desse processo, fator que perpassa a Educação Física e tem como barreira apontada pelos profissionais da área a formação inicial. A partir disso, o objetivo da presente pesquisa foi analisar as disciplinas que possuem como enfoque o público com deficiência nos cursos de Educação Física das universidades de Mato Grosso do Sul. A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa de cunho descrito. Os dados analisados foram os documentos pedagógicos de duas universidades e a entrevista semiestruturada realizada com as docentes responsáveis pelas disciplinas específicas. Utilizou-se a análise de conteúdo para a categorização dos dados. Como resultado nota-se que existe a modificação do desenho das disciplinas que buscam a aproximação com espaços que atendam as pessoas com deficiência com o objetivo de materialização do que é estudado na formação inicial em Educação Física. Tais aspectos corroboram com uma formação mais completa que amplia o olhar do profissional frente ao processo de inclusão, mas que ainda aponta defasagens que podem ser sanadas a partir de reflexões contínuas sobre a formação inicial e continuada.

Palavras-chave: Educação Física; Inclusão; Pessoa com Deficiência; Formação Profissional

ABSTRACT

The law in Brazil guarantee the rights to education for the people with disability, however, aspects related to access and permanence are still questioned, as well the process in which Physical Education is part and the professionals indicate initial training as a barrier. Therefore, the aim of this paper was to analyze the subjects based on the discussion of people with disabilities on the Physical Education under graduation programs in Mato Grosso do Sul. The research was characterized as qualitative descriptive. Data collect was made by the documents from both universities and the interview with two professors responsible for the subject. The content analyses was used to categorize the data. The result shows a modification process to organize the subject with the intention to approach places where



people with disabilities attend with the purpose to materialize the theoretical with the practice. This modification may corroborate with an initial training that complements the understanding of the physical education professionals of the inclusion process, but indicates, as well, lags that should be consider for this progress.

Keywords: Physical education. Inclusion. Disability. Initial training.

1 INTRODUÇÃO

Na realidade brasileira a proposta da construção de um sistema educacional inclusivo encontra-se amparada legalmente e em princípios teóricos fundamentados em ideais democráticos de igualdade, equidade e diversidade (SILVA, SEABRA JR, ARAÚJO, 2008).

Discutir aspectos relacionados ao delineamento de políticas públicas de inclusão educacional, considerando as ações político-administrativas e as de caráter pedagógico, se faz necessário, pois colocamos em debate as dificuldades de apreensão do caráter intersetorial do processo, do conceito de educação inclusiva, como também as dificuldades de materialização de práticas não excludentes, da transformação do contexto educacional, tanto no que se refere às concepções quanto às ações na busca de implantação e implementação de um sistema inclusivo.

Observando a falta que disciplinas envolvendo discussões referentes à pessoa com deficiência ligadas à Educação Física ao longo do processo de formulação da área no âmbito acadêmicos, nota-se as consequências desses elementos na formação profissional. Nessa área, tem-se como marco a Resolução do Conselho Nacional de Educação nº03/87 que instituiu a inserção da temática sobre a pessoa com deficiência nos cursos de graduação em Educação Física. As autonomias das universidades para elaboração de seus currículos, também gerou a possibilidade de tais disciplinas serem oferecidas como optativas, não compondo a grade principal da graduação (SALERNO, 2014). Tal fato foi alterado pela Resolução 6/2018 do Conselho Nacional de Educação que prevê a inserção de disciplinas na etapa comum e específica para as formações de licenciatura e bacharelado e ressaltamos que a presente pesquisa é anterior a essa decisão (BRASIL, 2018).

Inseridos nesses contextos, professores de Educação Física mencionam a formação inicial como um dos fatores que pode contribuir para melhora de suas aulas no que tange o atendimento dos alunos com deficiência, entretanto, notam sua defasagem, quando indicam que o tema mais discutido é com relação às condições de deficiência pelo viés médico. Assim, nota-se que os elementos pedagógicos de adequação de propostas, ainda se mostra como lacuna na formação (GREGUOL, MALAGODI, CARRARO, 2018; SALERNO, 2014; SILVA, ARAÚJO, 2012).



A partir desses pontos passa-se a refletir sobre a problemática que envolve a disciplina de Educação Física Escolar Especial e suas variantes nomenclaturas. Qual o espaço ocupado por ela na matriz curricular dos cursos de graduação em Educação Física? Como está sendo trabalhada nesse local de formação inicial dos profissionais de Educação Física? Qual o conteúdo está sendo trabalhado?

Destacar esses aspectos e verificar se e como são contemplados nos cursos de Educação Física de Mato Grosso do Sul torna-se relevante na perspectiva de analisar a formação docente em seu momento inicial.

A partir desse panorama, o objetivo deste trabalho foi analisar a maneira como a disciplina de Educação Física Especial e suas variantes nomenclaturas é trabalhada nas universidades de Mato Grosso do Sul, com objetivos específicos de verificar sua semestralização na grade curricular, como é nomeada e oferecida; os objetivos traçados, conteúdos e referências utilizadas e pontuar possíveis observações de melhorias para contribuição da prática pedagógica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Considerando que as instituições de ensino superior possuem autonomia didático-científica para elaboração da grade curricular, cada universidade tem o poder de incluir disciplinas ligadas à Educação Especial, com direcionamento do Conselho Nacional de Educação. Somente a partir da Resolução 03/87 do Conselho Federal de Educação (BRASIL, 1987) se tornaram obrigatórias nas grades dos cursos de Educação Física as discussões sobre pessoas com deficiência. A partir da Resolução 06/2018 os cursos de Educação Física, tanto na formação de licenciatura quanto de bacharelado deverão ter temas envolvendo a pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades no núcleo comum e no núcleo específico (BRASIL, 2018).

As disciplinas referentes à Educação Especial na área da Educação Física são encontradas com diversas nomenclaturas e espaços dentro do currículo de cada universidade. Silva e Drigo (2012) analisaram as universidades paulistas e indicaram que as nomenclaturas permeiam os termos “adaptado”, “especial”, “inclusivo” e suas variantes.

Observa-se que há um caminho paralelo entre a inclusão da pessoa com deficiência e a formação em Educação Física, sendo que, independentemente da modalidade escolhida (licenciatura ou bacharelado), os professores se aproximam de discussões acerca da pessoa com deficiência.



Silva (2005) traz em seu trabalho os conteúdos das disciplinas voltados à pessoa com deficiência voltados para a formação basicamente técnica, embasada pelo viés médico da condição de deficiência, sem abordagens pedagógicas e possibilidades práticas para o trabalho inclusivo nos espaços dentro e fora das instituições escolares.

As pesquisas em torno do conteúdo, que influenciam as modificações nas disciplinas do ensino superior, tiveram gradativo aumento e modificações sobre as temáticas que deixaram de versar apenas sobre adaptações de atividades práticas para grupos específicos, mas ampliaram as discussões abarcando a diversidade de estudos que compõem a área da Educação Física com análise da interação entre alunos com e sem deficiência, elementos da imagem corporal e do treinamento físico (SILVA; ARAÚJO, 2012).

Analisando os fatores anteriores envolvendo a pessoa com deficiência e a Educação Física, notamos que seus caminhos foram trilhados paralelamente, sendo que a Educação Física objetivava o rendimento e as pessoas com deficiências permaneciam à margem da sociedade.

Seabra Jr (2008) aponta que a Educação Física ainda tem foco na aptidão e desempenho, o que pode ser uma maneira desacertada de enxergar a inclusão dentro das aulas, uma vez que os alunos com deficiência precisam desenvolver primeiramente suas relações com o próximo. Nessa questão o autor também traz que não só a pessoa com deficiência deve ter apoio inclusivo, mas também os professores, os alunos sem deficiência, os profissionais administrativos e o pessoal da limpeza e segurança. Tudo isso é importante para o sucesso do processo educativo, porque a falta de conhecimento de uma dessas partes pode ter efeitos que dificultam o desenvolvimento dos alunos, efeitos negativos, incluindo a exclusão dos mesmos com deficiência ou não. Destaca-se que essa fala não se restringe aos espaços escolares, mas às acadêmicas de ginástica, aos clubes esportivos e todos os espaços nos quais os profissionais da Educação Física atuam.

Silva e Drigo (2012) trazem possibilidades de aproximação, como na graduação simular a limitação que a deficiência traz ao aluno, acadêmicos experimentando a cadeira de rodas, a venda, numa simulação para que possam vivenciar a realidade do deficiente visual, mesmo que momentaneamente e observar as dificuldades de inclusão e exclusão.

Gonçalves (2002) diz que mesmo sendo importante essa simulação das limitações dos alunos com deficiência, o ideal é aumentar, durante a graduação, o contato com pessoas com deficiência, para que haja, de fato, uma vivência com a realidade. Indica que as dificuldades em incluir são grandes, vários fatores interferem e é importante que as experiências, que ainda são de exclusão, possam fazer parte da formação profissional.



Assim sendo, em meio a questionamentos e reflexões que englobam a formação docente e as pessoas com deficiência, em específico, apresenta-se na sequência os procedimentos metodológicos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando os propósitos da pesquisa que busca levantar e identificar junto as matrizes curriculares dos cursos de Educação Física as disciplinas de EFE em duas instituições de ensino superior (IES) do estado de Mato Grosso do Sul, o presente estudo caracteriza-se como pesquisa qualitativa de cunho descritivo (THOMAS, NELSON, 2002)

Os dados coletados foram documentos que fazem referência à matriz curricular das instituições de ensino superior e aos planos de ensino das disciplinas analisadas disponíveis no sites das instituições. Para complementar nossos dados, realizamos entrevista com as duas professoras das instituições que são responsáveis por ministrá-las.

Para a seleção das instituições com as quais faríamos o contato, observamos aquelas que possuem as características de universidade, oferecem o curso de Educação Física nas modalidades licenciatura e/ou bacharelado e oferecem aos seus estudantes possibilidades que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão.

Após a delimitação de 3 instituições, iniciamos o contato telefônico para solicitar autorização para a realização da pesquisa. Dessas instituições apenas 2 retornaram positivamente nosso contato e passou-se a buscar os dados disponíveis ao público.

A primeira (I1), é uma instituição pública fundada em abril de 1979, oferece o curso de Educação Física no formato de licenciatura, a segunda (I2) instituição particular fundada em outubro de 1993, oferece licenciatura e bacharelado.

Para a complementação desses dados, realizamos uma entrevista semiestruturada com professores responsáveis pelas disciplinas nas instituições. Para tanto, foi elaborado um roteiro de questões contendo: (1) disciplinas que eram responsáveis; (2) como elas estavam distribuídas na grade curricular do curso; (3) como as disciplinas são ministradas no seu aspecto teórico e prático; (4) se há contato com a realidade escolar, (5) se há devolutiva dos discentes quanto às propostas; (6) como seria a formação ideal para o discente dentro da área da educação física voltada à pessoa com deficiência; (7) qual seria o próximo passo para avançar na formação inicial sobre essa temática. Às professoras foi solicitada a autorização de uso das respostas dentro dos preceitos éticos da pesquisa.

A primeira docente entrevistada (D1) é doutora na área de Educação Física, lecionando na instituição desde 2015, responsável por duas disciplinas que abarcam elementos que envolvem a pessoa com deficiência. A segunda entrevistada (D2) é doutora na



área de Educação e professora na instituição há dez anos, é a responsável pela única disciplina na área de Educação Física voltada à pessoa com deficiência.

Após a realização das entrevistas, ela foi transcrita para efetivação da apreciação por meio da análise de conteúdo de Bardin (2010), com a categorização dos temas para organização da discussão.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados apresentados foram divididos nos elementos analisados na matriz curricular e planos de ensino e os dados da entrevista que geraram três categorias a saber: (1) aspectos teóricos e práticos; (2) contato com os discentes; e (3) evolução do processo inclusivo; que serão apresentados e discutidos na sequência.

Referente à matriz curricular, a instituição 1 (I1) oferece as disciplinas de Educação Especial e Educação Física Especial nos sexto e sétimo semestres respectivamente, posteriormente ao início dos estágios, que se iniciam no quinto semestre. A instituição 2 (I2) oferta a disciplina de Atividade Física Adaptada no quinto semestre, concomitante ao início dos estágios. As disciplinas da I1 possuem cargas horárias de 51h e 68h respectivamente, totalizando 119 horas. A única disciplina da I2 possui carga horária de 80h.

Nota-se que a nomenclatura encontrada segue padrões encontrados por Silva e Drigo (2013) nas universidades paulistas, que fazem uso de complementos como adaptado e especial para fazer referências às disciplinas que possuem como público alvo as pessoas com deficiência.

Pode-se notar que a segunda instituição tenta discutir e/ou preparar o acadêmico para a prática educacional nos estágios, uma vez que garantido por lei o direito ao acesso à escola e outras instituições. Sendo assim, o acadêmico precisa saber lidar com qualquer tipo de pessoa, considerando que nos estágios encontrará a pessoa com deficiência e será responsável por proporcionar atividades inclusivas. A primeira instituição não teve essa preocupação, já que os estágios ocorrem posteriormente e concomitantes à disciplina. Então a discussão sobre a Educação Especial dentro da Educação Física fica no último ano da graduação, assim pode dificultar uma visão maior e melhor sobre o conteúdo de forma interdisciplinar.

A primeira disciplina a ter o plano de ensino analisado foi a Educação Especial, da I1. Observou-se o cunho teórico que consiste em compreender aspectos históricos, filosóficos, sociais e psicológicos, busca mostrar aos alunos desde o surgimento até sua dinâmica atual com discussão temporal e política do processo ocorrido. Tais elementos tornam-se relevantes para a compreensão de fatores que influenciam o processo de inclusão no ensino regular e que



não necessariamente se relacionam à condição de deficiência, mas sim à inadequação de setores sociais para atender às demandas que a diversidade impõe (PEERS, SPENCER-CAVALIER, 2012).

O plano de ensino ainda traz que analisar a evolução histórica, refletir sobre a construção das políticas públicas no âmbito da Educação Especial no Brasil e sobre as barreiras atitudinais e pedagógicas são os principais pontos a serem trabalhados na disciplina, tendo em vista que a Constituição Federal (BRASIL, 1988) protege a pessoa com deficiência e lhe dá direito à educação, mas como de fato isso ocorreu e a reflexão desse processo é importante para compreender os desdobramentos dentro da atuação do profissional envolvido com a pessoa com deficiência.

A segunda disciplina da I1, Educação Física Especial, já é voltada para os princípios da prática de Educação Física, compreendendo atividade física e esporte.

Conhecer a legislação no âmbito escolar e não escolar se torna imprescindível para o profissional conhecer o processo e desenvolvimento da inclusão da pessoa com deficiência na Educação Física. A disciplina ainda traz elementos de fundamentos didático-pedagógicos no ensino da Educação Física especial escolar e não escolar o que nos mostra a preocupação de entender e compreender o contexto/ambiente em que a pessoa com deficiência estará. Tal fato foi indicado por Salerno (2014), quando investigou formandos do curso de Educação Física que fizeram a sugestão de ampliar o contato entre eles e a pessoa com deficiência em diferentes espaços de atuação.

Com esses elementos podemos observar que o espaço que a Educação Física voltada ao público com deficiência ainda é pequeno. Por mais que as disciplinas tenham carga horária relativamente semelhante às outras disciplinas da grade curricular, exige versatilidade do professor, uma vez que dentro dessas disciplinas precisam contextualizar, compreender as políticas que envolvem o conteúdo, discutir padrões paradigmas e preconceitos, também é preciso proporcionar o contato com a pessoa com deficiência e ainda propiciar uma vivência didática dos acadêmicos com a população em questão. Algo que poderia ser complementar para o apoio, seria outras disciplinas não específicas passassem a abordar a temática da pessoa com deficiência em seus planos de ensino, indicadores também abordados pelos discentes como algo positivo (SALERNO, 2014).

Seguindo com a análise, referenciais bibliográficos das disciplinas perpassam os Parâmetros Curricular Nacionais (PCN), as Leis de Diretrizes e Bases (LDB) e autores como Sebra Jr (2008), que traz a história da Educação Física para a pessoa com deficiência no Brasil e como se dá a inclusão educacional; Silva (2004), que também discute a inclusão



educacional de forma que trouxe à tona as modificações realizadas e as que ainda faltavam para a pessoa com deficiência que já estava há tanto necessitando de atenção da Educação.

Tais textos corroboram com as discussões sobre a construção e busca de consolidação do processo de inclusão da pessoa com deficiência no ensino regular, perpassando elementos da formação inicial dos professores de educação física.

O plano de ensino da disciplina da segunda instituição traz, assim como da primeira, a contextualização histórica e filosófica, tal como a as abordagens pedagógicas para prática do acadêmico. Ainda ressalta terminologias e autores que tragam a vivência da pessoa com deficiência nos ambientes em que os estudantes atuarão. Tem como objetivo identificar as diferentes necessidades no contexto escolar e não escolar, refletindo sobre as práticas e estratégias diferenciadas de ensino e tato com a pessoa com deficiência.

Silva (2005) trouxe a questão de quais e como os conteúdos de disciplinas direcionados à pessoa com deficiência eram trabalhados primando pela forma técnica, de maneira padronizada. Com a resolução 03/87, isso precisou ser mudado, pois foi levantado o questionamento da limitação da prática profissional, uma vez que a formação inicial deveria passar a fornecer subsídios para uma atuação que atendesse de forma mais embasada a pessoa com deficiência.

Dessa forma, o que observamos a partir da análise dos planos docentes, é que o ensino embasado no conhecimento sobre o que é cada condição de deficiência foi superado, buscando-se aproximações com o cotidiano profissional e as possibilidades de trabalho com esse público.

Nota-se que existe a permanência do que foi encontrado por Silva (2005) de manutenção de um olhar voltado aos aspectos médico das condições de deficiência, mas observa-se o movimento inicial de ampliação das discussões alcançando espaços de prática e buscando a aproximação com os locais da prática.

Abarcando a relação entre teoria e prática, segunda categoria apontada, tais compreensões inseridas anteriormente nos direcionam para questões envolvendo aspectos que aproximam a teoria e a prática, a materialização daquilo que é aprendido e discutido em sala de aula. Assim, questionamos às docentes sobre aspectos que transitam pela função teórica e prática das disciplinas.

A primeira professora, em sua fala, registra que ministra duas disciplinas relacionadas à pessoa com deficiência, sendo que a Educação Especial é de caráter mais amplo, que anteriormente pertencia a professores do curso de pedagogia e a segunda, específica, Educação Física Especial, que na próxima matriz curricular, a partir da atualização da matriz vigente, receberá o nome de Educação Física Inclusiva, tendo um enfoque maior na realidade



escolar. Passará pelo esporte adaptado, mas sua finalidade é entender o aluno com deficiência dentro da escola possibilitando reflexões sobre os diferentes conteúdos da educação física.

A disciplina de Educação Especial já traz uma fundamentação maioritariamente teórica, como observado no item anterior, sua ementa elucida a trajetória histórica, esclarece conceitos e políticas. “[...] atualmente a disciplina Educação Especial ela é mais teórica, na sua ementa ela já é mais teórica, pra entender todo esse processo do que é Educação Especial, qual público é atendido” (D1).

Mas mesmo assim, a docente busca incrementar esses conceitos com fatores práticos, realizando visitas às instituições para que os alunos façam observações da realidade, tanto da instituição especializada quanto da escola, para assim tentar fazer uma discussão sobre a aproximação dos espaços.

A EFE tem um espaço prático maior, com a ideia de que os acadêmicos ministrem aulas nas instituições onde há a presença do aluno com deficiência, a fim de vivenciar a prática docente. “[...] a Educação Física inclusiva, ela tem um espaço de prática, que a ideia é que a gente vá dar aula para turmas que tenham alunos com deficiência matriculados” (D1)

Com esse objetivo de propiciar uma vivência prática real, D1 encontrou algumas dificuldades. Por ser nova na cidade, estava em fase de início nos contatos com as instituições locais, entretanto relatou ter conseguido algumas parcerias estabelecidas. No entanto, quer firmar outras para que os acadêmicos possam ir à escola, observar o aluno com deficiência, sua prática e realidade escolar, para que voltem à universidade e possam discutir uma intervenção apropriada, uma vez que os alunos costumam sentir que podiam ter algo a mais, vivenciar, realizar e/ou proporcionar.

[...] Sempre os alunos pedem esse contato com a pessoa com deficiência e é interessante que no final sempre fica faltando, eu vejo que os alunos sempre queriam mais outros contatos, e aí fica limitado pela quantidade que a gente tem de carga horária da disciplina, mesmo sendo 68h a possibilidade de a gente ir, voltar, debater, voltar pra escola, ela demanda um tempo maior (D1).

A carga horária da disciplina também é algo a ser considerado, uma vez que não supre a necessidade demandada, considerando as especificidades do acadêmico que trabalha, que tem afazeres e tarefas além da vida universitária.

A professora relatou que está sempre em busca de formas de trazer o acadêmico para realidade da pessoa com deficiência, umas delas é a simulação, quando o acadêmico coloca uma venda ou faz uso de cadeira de rodas para tentar vivenciar experiências práticas a partir das sensações de limitação de movimento ou de um dos sentidos. Tal fato não objetiva, segundo a docente, fazer com que os alunos saibam o que as pessoas com deficiência enfrentam em seu dia-a-dia, pois isso se torna impossível de simular, mas a experiência



prática com simulação gera dos discentes uma reflexão sobre as dificuldades de movimento, de orientação, de compreensão do espaço, entre outros.

Já D2 possui alguns recursos que podem ser pontos que favorecem a formação do acadêmico, pois está na instituição há dez anos e além da disciplina, coordena os estágios e um projeto de extensão que tem várias parcerias estabelecidas.

Ela ministra uma disciplina na área de Educação Física voltada à pessoa com deficiência, chamada de Atividade Física Adaptada, que está locada no 5º semestre, dividida em três momentos, uma aula teórica e duas práticas, são duas aulas na semana.

[...] Aqui tem uma disciplina, atividade física adaptada, mas fora essa disciplina nós temos o projeto de extensão aqui da universidade, né? Que os acadêmicos participam e que eu coordenado esse projeto de extensão, e nesse projeto de extensão a gente faz um link com essa disciplina, né? Então os acadêmicos também têm a oportunidade na disciplina e participar desse projeto que é aqui mesmo instituição.

Ela tenta fazer com que os acadêmicos consigam fazer uma relação do que é visto em sala de aula, com os conceitos, terminologias, didáticas com a prática com a pessoa com deficiência, seja no estágio ou no projeto de extensão.

O que se observa, então, é que as professoras trazem em sua prática docente a preocupação de aproximar os acadêmicos do curso de Educação Física da pessoa com deficiência, seja por meio de ida às escolas e o trabalho com turmas inclusivas, seja por meio dos projetos de extensão que atendem exclusivamente pessoas com deficiência.

Nota-se, então, que a demanda de contato entre acadêmicos e a população com deficiência percebida por Salerno (2014) está sendo estimulada dentro dessas instituições, ainda que algumas limitações sejam percebidas, como as dificuldades com os horários de projetos e visitas, que por vezes inviabiliza a participação de todos os estudantes da área. Isso talvez, possa auxiliar na superação das dificuldades indicadas pelos profissionais entrevistados por Greguol, Malagodi e Carraro (2018).

Sabe-se que muitas das dificuldades indicadas perpassam não apenas a atuação docente, já que há barreiras que fogem à responsabilidade docente, entretanto, saber solicitar apoio e indicar os direitos desse público dentro da escola pode ter grande influência pelo professor, além de serem um dos principais autores desse processo.

Em relação à devolutiva dos discentes, terceira categoria, frente às disciplinas, D1 relata que ao final da disciplina busca ouvir dos alunos suas experiências e que durante o processo também dá abertura para fala e relatos, dependendo da turma, há mais ou menos devolutivas, sendo o diálogo primordial.

Considerando os aspectos do que seria uma formação ideal, a professora acredita que poderia se dar pelo tripé da universidade, que é a pesquisa, o ensino e a extensão, entendendo



que a graduação possui suas limitações, assim como a já citada carga horária se torna, por vezes, uma barreira. “[...] pra sanar essa quantidade de conhecimento e essa angústia de lidar com a pessoa com deficiência, eu vejo que o ensino, a pesquisa e a extensão dariam conta”.

(D1)

Já D2 acredita que pelo fato da disciplina coincidir de ser no mesmo semestre que o estágio escolar, o que, segundo a professora, é benéfico, uma vez que é quando os alunos tem o contato com a realidade escolar, e encontram alunos com deficiência e precisam procurar formas de trabalhar com esse aluno.

[...] É... o contato com a realidade escolar que a gente tem é através dos estágios e coincide assim, porque os nossos estágios são também no 5º semestre. Então a gente tem ao mesmo tempo o estágio escolar e a disciplina EF adaptada no 5º. Então a gente consegue conjugar, né? Eles, na escola, encontram os alunos com algum tipo de deficiência.

A professora D2 destaca que por ser a responsável pelos estágios, acredita que tem uma devolutiva dos alunos fora da sala de aula, quando pode se comunicar com eles sobre suas experiências na escola. “[...] Eu tenho essa devolutiva de algumas formas, né? Vou ver se eu consigo te explicar... eu sou professora da disciplina e eu coordeno o estágio escolar, então essa é uma das formas que eu tenho de comunicação com os alunos, né?”

Outro espaço possível de aproximação teoria e prática é o projeto de extensão, no qual os discentes podem experimentar o contato com a pessoa com deficiência, ainda que o objetivo não seja propriamente o mesmo das aulas da graduação, mas é uma prática válida para entender e realizar atividades com a pessoa com deficiência.

[...] Então a gente tem essa barreira de carga horária das disciplinas obrigatórias e optativas. Mas a gente pode também incentivar esse contato com a pessoa com deficiência por meio de projetos de extensão que os alunos vão poder ter contato com a pessoa com deficiência, que não é o mesmo que a Educação Física escolar, geralmente os projetos de extensão eles estão voltados pra alguma modalidade esportiva ou alguma atividade de lazer que não tem necessariamente o mesmo objetivo da disciplina da educação física escolar, mas esse contato com o dia a dia com a pessoa com deficiência, algumas angústias que os alunos trazem de como conversar com o a pessoa com deficiência [...] (D1)

A professora D2 indicou que é coordenadora de um projeto de extensão na universidade que atende pessoas com deficiência, e que sendo assim, procura fazer uma relação da disciplina, estágio e projeto a fim de contemplar de forma mais ampla a prática profissional do acadêmico.

[...] Então eu estou em sala de aula, na disciplina Atividade Física Adaptada eu trago exemplos e eles comunicam comigo dos alunos que tem determinadas deficiências, tipo de deficiências das escolas, a gente traz isso pra AFA, e ao mesmo tempo eu consigo utilizar exemplos de alunos que a gente recebe aqui da clínica de fisioterapia, alunos da clínica aqui da universidade que são encaminhados pro projeto de extensão [...]. (D2)



Diferentes pesquisas investigaram a influência dos projetos de extensão na formação de acadêmicos de educação física, sendo o quadro positivo em todos os resultados, principalmente envolvendo a pessoa com deficiência (PENA, 2013; NOZAKI, HUNGER, FERREIRA, 2011; FELIX, 2003). Tais elementos corroboram com o aumento da experiência docente, ainda que incipiente na graduação, contribui com a percepção de autoeficácia diante de aulas com turmas inclusivas, sendo que o tempo de experiência aparece como fator influenciador desse processo (VENDITTI JR, 2018; HERNANDEZ-VASQUEZ, RÓDENAS, NIORTE, 2012).

A pesquisa como aprofundamento, possibilidade de busca de diversos conhecimentos, entretanto, perpassa por limitações sociais, já que será demandada horas de trabalho dos discentes que nem sempre possuem essa possibilidade de dedicação.

[...] E a pesquisa vem pra aprofundar o conhecimento que a disciplina acaba pincelando, né... então a gente tem um quantidade grande de conhecimento que constantemente tá sendo é... multiplicado com as pesquisas. E agora a gente consegue acessar conhecimentos produzidos nos diversos países em tempo real. (D1)

Observando a fala da D2, podendo relacionar à fala de D1 quando ambas dizem que é necessária a vivência do acadêmico com a pessoa com deficiência. Destacam que se faz necessário a teoria para que compreendam as terminologias, os conceito, processo de inclusão, elementos sobre as condições de deficiência e legislações que envolvem as disciplinas e sua prática profissional.

Tanto D1 como D2 trabalham com a simulação, que como Silva e Drigo (2012) disseram ser uma possibilidade de aproximação da realidade com a pessoa com deficiência, como as vendas para a pessoa que possui a condição da cegueira e/ou baixa visão, a cadeira de rodas para o cadeirante, a muleta para o amputado, entre outras similaridades.

Gonçalves (2002), considera interessante essa simulação, porém, não acredita que seja o ideal, mas sim o contato com a pessoa com deficiência e as professoras também ressaltam essa importância, pois acreditam que somente a vivência com realidade pode trazer o tato para trabalhar com equidade.

Assim sendo, observamos a somatória desses elementos para ampliar a percepção discente: a simulação que vem proporcionar aos discentes uma experiência de se colocar no lugar do outro e entender algumas de suas dificuldades, ampliando seu olhar frente ao seu cotidiano; e o contato com a pessoa com deficiência, para se colocar enquanto professor de Educação Física que trabalhará com seres humanos que apresentam suas características específicas.



Tendo em vista esses aspectos didáticos adotados pelas professoras, nota-se que propicia ao acadêmico várias formas de prática educacional sobre o conteúdo, provocando a busca por mais possibilidades de atividades em que a pessoa com deficiência tenha a oportunidade de vivenciar. As docentes ainda destacam a necessidade do diálogo sobre o conteúdo, pois isso gera uma quebra do pré-conceito advindo de anos de marginalização da pessoa com deficiência, elucidando que há dificuldade, porém, não é impeditiva para realizar as atividades de Educação Física.

A evolução do processo de inclusão foi a quarta categoria indicada, e observa-se que vem progredindo de acordo com as adequações na legislação, as formações e nas atitudes que pouco a pouco vêm modificando o olhar específico a essa população.

Enquanto a D1 relata que a formação ideal se daria pela tríade universitária: pesquisa, ensino e extensão. A D2 explica que não acredita em formação ideal, porque entende que a ela acontece de uma maneira ou de outra, o processo em que o acadêmico vive vai contribuir para o seu aprendizado. Ela diz que busca é que os acadêmicos tenham contato direto com a pessoa com deficiência, que esse já um passo para que se pare para pensar nessa realidade.

[...] Eu penso que vem pelo tripé da universidade, o ensino, a pesquisa e a extensão, né, porque a graduação ela tem um limite de carga horária que é colocada pela legislação e aí a gente tem que trabalhar dentro desse limite a nossa formação dos acadêmicos. (D1)

Ainda em sua fala, traz que tenta por meio das simulações mostrar aos acadêmicos um pouco da realidade da pessoa com deficiência, pouco porque diz que mesmo que se coloque uma venda, jamais saberá como é, realmente, ser cego em uma sociedade com barreiras. Entretanto, compreende que essa vivência traz o despertar para se colocar no lugar do outro, ao menos, ter uma perspectiva da realidade da pessoa com deficiência. Não acreditando no ideal, nos apresenta essa forma de caminhar no trabalho com a Atividade Física Adaptada.

[...] O que eu penso que foge um pouquinho da realidade é quando a gente tenta simular na aula, venda com os alunos, mas por outro lado é o que a gente pode trabalhar com eles, porque eu costumo usar um termo que eu gosto muito que é proporcionar um trabalho dentro do que eu chamo de alteridade, desenvolver neles esse sentido de alteridade, mas eu acho que foge do sentimento das pessoas com deficiência mesmo. [...] Nós nunca usando venda vamos chegar perto do que um deficiente visual passa. Eu uso a venda, mas o que é ser cego? Mas ao mesmo tempo eu consigo despertar o que é ser, o que é alteridade, não é? (D2)

Procurar o contato com a pessoa com deficiência na formação inicial colabora com esse processo, já que as falas das professoras entrevistadas corroboram com Gonçalves (2002) que destacou que somente a vivência da realidade poderá nos mostrar a verdadeira dificuldade que o aluno tem ao participar das aulas de Educação Física.



Disponibilizar aos acadêmicos a possibilidade de vivenciar o ensino, a pesquisa e a extensão envolvendo a pessoa com deficiência poderá colaborar com a formação de todos, independentemente do grau de engajamento nessas atividades.

Tendo o olhar voltado pela ampliação da compreensão frente à pessoa com deficiência, demonstrada pelas professoras, o que podemos perceber é que os discentes dessas instituições possuem possibilidades para sua formação que vão além do aspecto teórico. Esses elementos poderão contribuir para a evolução do processo inclusivo, já que se observa a superação de determinados elementos nas disciplinas de formação básica, quando comparados com o trabalho de Silva (2005) que encontrou na análise das disciplinas oferecidas, um caráter maioritariamente médico diante da condição de deficiência.

Entretanto, o espaço ocupado pela disciplina, ainda deixa uma lacuna para os discentes de D1, pois está alocada no último ano, após a realização de três estágios. Fato é que observada essa questão a instituição se propôs a modificar esse momento, apresentando aos acadêmicos essas discussões antes do início do estágio, como relatado pela D1.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as falas das professoras e a literatura utilizada, pode-se observar que o trabalho do professor exige uma dedicação com parcerias interinstitucionais para que seja possível proporcionar uma formação na qual o acadêmico possa experimentar a realidade da pessoa com deficiência.

Assim como D1 destacou a relevância da vivência em diversas esferas do conhecimento dentro da universidade por meio da pesquisa, do ensino e da extensão e também ressaltada pela D2. O que pode contribuir para a atuação profissional, mesmo que em menor dimensão, o que reforça a demanda de mais espaço, tempo e condições para que a formação do acadêmico possa ser contemplada de maneira mais ampla.

Observou-se com a pesquisa que existe a evolução na abordagem pedagógica das disciplinas em Mato Grosso do Sul quando comparando os resultados com os apresentados por Silva (2005), já que o enfoque médico não é mais o objetivo primeiro, ainda que permeie os aspectos teóricos para conhecimento de um quadro das condições de deficiência. Fato é, que conhecer sobre alguma condição pode colaborar com o processo de minimizar preconceitos advindos da pouca informação.

Refletir a ação não só do profissional de Educação Física nas escolas, instituições ou onde quer que seja sua atuação, mas também das disciplinas é importante sempre estar revendo e atualizando o processo de construção da formação acadêmica, porque é a partir da



visualização desse processo que é possível realizar mudanças, questionamentos e quem sabe propor possibilidades.

Para as próximas pesquisas, sugerimos a investigação da formação em instituições de ensino superior que não oferecem os espaços de extensão ou pesquisa, para analisar como eles estão lidando com essas possibilidades de aproximação dos acadêmicos com as pessoas com deficiência ainda na formação inicial. Deve-se, também, buscar egressos dos cursos para compreender como as ações propostas na formação inicial repercutiram em sua atuação profissional.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. 2010.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 01.14.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. **Resolução 03/87**. Brasília, 1987. Disponível em:
<http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/1990/Res0387-cfe.htm>. Acesso 12.13.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução 6/2018**. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104241-rces006-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192 Acesso em 05.18.

GREGUOL, M.; MALAGODI, B.M.; CARRARO, A. Inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física: atitudes de professores nas escolas regulares. In **Revista Brasileira de Educação Especial**. V. 24, n. 1, 2018, p. 33-44. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v24n1/1413-6538-rbee-24-01-0033.pdf> Acesso 03.20.

HERNÁNDEZ VÁZQUEZ, F.J.; RÓDENAS, A.B.; NIORTE, J. Cuáles son los retos de la inclusión en la clase de educación física? In: HERNÁNDEZ VÁZQUEZ (coord). **Inclusión en educación física: las claves del éxito para la inclusión del alumnado com capacidades diferentes**. Barcelona: INDE. 2012. p. 23 – 36.

NOZAKI, J.M; HUNGAR, D.A.C.F.; FERREIRA, L.A. Reflexões sobre um projeto de extensão universitária na formação /atuação do docente de educação física. In: **Anais do XVII COMBRACE e IV CONICE**. Porto Alegre, RS. 2011. P. 1 – 7. Disponível em:
http://www.rbceonline.org.br/congressos/index.php/XVII_CONBRACE/2011/paper/viewFile/3104/1612. Acesso em 01.14.

PEERS, D, SPENCER-CAVALIERE, EALES. Say What You Mean: Rethinking Disability Language in Adapted Physical Activity Quarterly. **Adapted Physical Activity Quarterly** 31 (3): 265–82. 2014 <https://doi.org/10.1123/apaq.2013-0091>.

PENA, L.G.S. **O esporte paralímpico na formação do profissional em educação física: percepção de professores e acadêmicos**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2013.



SALERNO, M. B.; ARAÚJO, P. F. **Educação física escolar como espaço inclusivo.** Movimento e Percepção, Espírito Santo de Pinhal, v5, n. 4, p.112, 2004. Semestral.

SALERNO, M. B. **Interação entre alunos com e sem deficiência na Educação Física escolar: validação de instrumento.** 2009. Tese (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 2009.

SALERNO, M. B. **A formação em educação física e o trabalho com a pessoa com deficiência: percepção discente. 2014** Tese (Doutorado em Educação Física) Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 2014.

SEABRA JR, L. **Inclusão, necessidades especiais e educação física: considerações sobre a ação pedagógica no ambiente escolar.** Campinas, Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física, 2006

SILVA, R.F. **A ação do professor de ensino superior na educação física adaptada: construção mediada pelos aspectos dos contextos históricos, políticos e sociais.** Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. 2005.

SILVA, R.F.de; ARAÚJO, P.F de. **Os caminhos da pesquisa em atividade motora adaptada.** Phorte, 2012.

SILVA, C.S.da.; DRIGO, A.J. **A educação física adaptada: implicações curriculares e formação profissional.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

SILVA, R.F.da; SEABRA JR, L.; ARAÚJO, P.F. de. **Educação física adaptada no Brasil; da história à inclusão educacional.** São Paulo: Phorte. 2008. 192p.

VENDITTI JR, R. **Escolhas profissionais e autoeficácia docente em educação física: aspectos motivacionais e especificidades de atuação.** Curitiba: Appris. 2018. 195p.